



Handwritten signatures in blue ink.

CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 3/2026

----- Aos vinte e um dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas, reuniu o Conselho de Ilha de São Jorge, em sessão extraordinária, na Sala de Reuniões da Casa Museu Cunha da Silveira. -----

----- Verificaram-se as ausências justificadas dos conselheiros André Filipe dos Santos Silveira, Emanuel Soares de Borba, Arlindo Manuel Teixeira, Paula Maria Bettencourt Sequeira Amarante, Hélia Fernanda Sousa Santos Amarante e João António Barbosa Sequeira, bem como da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Velas, Catarina Oliveira Cabeceiras, que se fez representar pelo Senhor Vice-Presidente, Marco Diocleciano da Silva Almada. -----

----- Não esteve igualmente presente o Senhor Deputado Regional Paulo Alberto Silveira, tendo o mesmo comunicado a sua ausência. -----

----- Face à ausência justificada do Secretário Arlindo Teixeira, foi solicitado apoio aos trabalhos da sessão, tendo a Conselheira Catarina Bettencourt manifestado disponibilidade para exercer essas funções. -----

Deu-se início à reunião com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um: "Elaboração de memorando para a visita estatutária do Governo Regional à Ilha de São Jorge;" -----

----- Ponto dois: "Outros assuntos." -----

----- A Presidente do Conselho de Ilha fez um pequeno enquadramento do motivo da convocatória. Iniciados os trabalhos, foi elaborada a recomendação com os contributos de todos os conselheiros presentes, sendo acordada a sua extensão aos Municípios de Velas e Calheta. -----

-----MEMORANDO-----

----- O Conselho de Ilha de São Jorge, na reunião extraordinária do passado dia 21 de abril de 2026, deliberou enviar o presente documento como ferramenta de trabalho para as reuniões com o Governo Regional dos Açores. Este memorando funde as preocupações setoriais historicamente apresentadas com uma abordagem estratégica que continua a definir as ACESSIBILIDADES como o tema prioritário e estruturante para a sustentabilidade, economia e bem-estar da ilha. -----

----- 1. Acessibilidades: O Eixo Estratégico Prioritário -----

----- O Conselho de Ilha de São Jorge reconhece e valoriza o esforço que tem vindo a ser desenvolvido pelo Governo Regional dos Açores ao longo dos últimos anos no reforço das acessibilidades, conscientes da sua importância estratégica para a coesão territorial. Não obstante essa evolução, as exigências atuais e os novos desafios enfrentados pela ilha impõem a necessidade de um esforço adicional, contínuo e ajustado à realidade local. -----

----- No que respeita às Acessibilidades Aéreas, urge garantir ligações diárias às "gateways" regionais, bem como voos com horários pós-laborais. Importa ainda assegurar a existência de um voo aos domingos no horário de inverno, ao final do dia, permitindo simultaneamente o regresso de equipas desportivas e a saída dos visitantes de fim de semana, contribuindo para maior fluidez e dinamização da mobilidade. -----

----- Subsistem preocupações críticas com a escassez de lugares ao longo de todo o ano, situação que agrava o isolamento da ilha e penaliza doentes, estudantes e equipas desportivas. -----



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 3/2026

-----Importa, neste contexto, proceder a uma análise rigorosa da ocupação efetiva dos lugares utilizados no ano transato, quer nos voos regulares quer nos voos extra, de forma a identificar com precisão a procura real e os padrões de utilização. -----

-----Com base nesse estudo, considera-se essencial que, na definição dos novos horários e voos, designadamente no âmbito do próximo concurso de serviço público aéreo, seja assegurada a inclusão, nos voos regulares, de uma capacidade mínima de lugares correspondente, pelo menos, à média da ocupação verificada. -----

-----Desta forma, será possível garantir uma resposta mais ajustada, previsível e eficaz às necessidades reais da população. -----

-----É igualmente fundamental garantir que os estudantes consigam efetuar reservas dentro do plafond previsto no programa de mobilidade, bem como assegurar que os horários de verão sejam divulgados com a devida antecedência, permitindo um planeamento adequado por parte dos utilizadores e dos setores dependentes destas ligações. -----

-----Deve ainda ser equacionada uma solução integrada com as “gateways” do Pico, permitindo a criação de um bilhete intermodal (marítimo, terrestre e aéreo), facilitando a mobilidade e aumentando a eficiência das ligações ao exterior. -----

Ao nível das infraestruturas, importa assegurar: -----

-----•A ampliação do parque de estacionamento do aeródromo; -----

-----•A manutenção da cobertura e dos sanitários da aerogare revela-se uma preocupação crescente, atendendo ao estado de degradação que já apresentam e ao impacto direto na qualidade do serviço prestado aos utentes. -----

-----Paralelamente, considera-se igualmente necessária a criação e/ou adaptação de uma área devidamente equipada com muda-fraldas para adultos com elevado grau de incapacidade, reforçando a dignidade no atendimento e garantindo melhores condições de acessibilidade e inclusão para todos os passageiros. -----

Relativamente às Acessibilidades Marítimas, considera-se essencial: -----

-----•A reorganização dos horários da “linha laranja”, evitando sobreposição com a “linha verde” e articulando-os com os horários dos voos da ilha do Pico, enquanto importante gateway de saída para o continente; -----

-----•O alargamento temporal da operação da “linha laranja”, permitindo deslocações de ida e volta no próprio dia; -----

-----•A consolidação da ligação Calheta–Angra, especialmente ao fim de semana; -----

-----•A reposição da previsibilidade e fiabilidade no transporte de passageiros e viaturas (linha verde). -----

-----Apesar de se reconhecer que as decisões de cancelamento das viagens da Atlanticoline são da responsabilidade do comandante, considera-se importante procurar mecanismos de maior monitorização e análise destas ocorrências, dado o seu carácter recorrente e, por vezes, aparentemente sem justificação clara. -----

-----No plano operacional, em particular no que respeita aos transportes graciosenses e à operação no porto da Calheta, considera-se fundamental reforçar os mecanismos de comunicação com a população e com os agentes económicos. Regista-se, uma instabilidade significativa na operação



Handwritten signature in blue ink.

CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 3/2026

portuária deste porto, com impacto direto na economia local e na organização das atividades comerciais. -----

-----Neste contexto, entende-se que o transporte interilhas de mercadorias deve ser assumido como um verdadeiro serviço público, orientado por critérios de eficiência, previsibilidade e estabilidade, garantindo maior fiabilidade no abastecimento e na dinâmica económica da ilha. -----

-----Paralelamente, deve ser assegurado aviso prévio atempado sempre que, por decisão operacional, um navio não consiga atracar no porto, de forma a minimizar constrangimentos, permitindo uma melhor gestão logística por parte dos comerciantes e garantindo maior previsibilidade para os utentes. -----

-----Reitera-se a necessidade de pleno reordenamento e operacionalidade dos portos da Calheta e do Topo, devendo igualmente ser apresentado o ponto de situação do estudo prévio relativo ao porto da Calheta. -----

No domínio das Acessibilidades Terrestres, a ilha continua carente de: -----

-----•Uma rede de transportes coletivos funcional; -----

-----•Requalificação urgente das vias degradadas; -----

-----•Criação de vias alternativas às vilas das Velas e Calheta; -----

-----•Reabilitação dos miradouros. -----

-----Relativamente à estrada Transversal Urzelina/Santo António, importa referir que, em comparação com outras intervenções realizadas noutras ilhas, esta obra ficou aquém do esperado. Mantém-se por cumprir o compromisso relativo aos arruamentos, muros de suporte e iluminação em zonas urbanas, situação que deve ser corrigida com urgência. -----

-----Sublinha-se ainda a necessidade de reforço de verba para a manutenção das vias e arruamentos públicos, que constituem um dos principais cartões de visita turísticos da ilha e que evidenciam, atualmente, sinais crescentes de degradação por insuficiência de investimento. -----

-----No plano tecnológico, impõe-se a cobertura integral de rede móvel e fibra ótica. Neste âmbito, importa igualmente questionar a continuidade de parte da instalação de cabos aéreos, que prejudicam o enquadramento paisagístico e implicam, a médio e longo prazo, maiores custos de manutenção. -----

-----2. Saúde, Ação Social e Habitação -----

-----Na área da Saúde, o Conselho aguarda esclarecimentos sobre o ponto de situação do novo bloco a sul do Centro de Saúde das Velas, bem como sobre a instalação do equipamento TAC no Centro de Saúde da Calheta e o funcionamento da saúde dentária. -----

-----Sublinha-se, neste contexto, a importância da ampliação do Centro de Saúde da Calheta, enquanto intervenção estruturante para a melhoria da capacidade de resposta e da qualidade dos cuidados prestados à população. -----

Destaca-se positivamente: -----

-----•A manutenção do serviço de urgência 24 horas na Calheta, com permanência física; -----

-----•A ampliação do respetivo estacionamento; -----

-----•O facto de estar praticamente concluído o processo de aquisição da cadeira de dentista para o Centro de Saúde das Velas. -----



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 3/2026

-----Ainda no domínio da saúde oral, importa reforçar a sua relevância para a comunidade, em particular junto da população jovem, devendo ser garantido o acesso universal a este tipo de cuidados, promovendo uma abordagem preventiva e contínua. -----

Contudo, assume carácter prioritário: -----

-----•A fixação de médicos e enfermeiros na ilha, devendo ser adotadas medidas concretas e eficazes que garantam estabilidade e continuidade dos cuidados de saúde; -----

-----•A promoção do acompanhamento médico nas IPSS. -----

-----No que respeita à articulação dos sistemas informáticos, considera-se fundamental a sua melhoria e integração, devendo a plataforma de registo e partilha de dados dos utentes ser compatível com a utilizada pelas estruturas residenciais para idosos. Tal permitirá um acesso mais completo à informação clínica no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, assegurando intervenções mais rápidas, eficazes e seguras, nomeadamente em situações de urgência. -----

-----No domínio da Proteção Civil, e não obstante a resposta já recebida ao nosso ofício por parte do Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores, considera-se prioritária a manutenção do serviço operacional noturno na secção do Topo. -----

-----Este apelo não se prende com uma questão de conveniência, mas sim de sobrevivência, equidade e justiça territorial, atendendo às especificidades geográficas e às condições de acessibilidade da ilha. -----

-----Assim, solicita-se a reavaliação da decisão da Associação de Bombeiros Voluntários da Calheta, com o necessário acompanhamento e mediação do Governo Regional, de forma a garantir que o reforço orçamental referido se traduza em efetivas condições de operacionalidade e segurança real para todos os jorgenses, sem exceção. -----

Na Ação Social e Habitação, considera-se prioritário: -----

-----•A ampliação dos lares de idosos da Calheta, com o objetivo de aumentar o número de vagas disponíveis, dando resposta à crescente procura; -----

-----•Nas Velas, a ampliação das áreas destinadas a serviços técnicos, permitindo melhorar a qualidade do acompanhamento e das respostas prestadas aos utentes; -----

-----•O esclarecimento do ponto de situação do estudo prévio relativo ao lar da Calheta, considerado fundamental para a definição de uma solução estruturada e sustentada. -----

-----Paralelamente, importa apelar ao Governo Regional que, em articulação com a Cáritas, encontre uma solução para a resposta de ATL, nomeadamente no sentido da sua transição de regime de meio tempo para tempo inteiro, ou através de um modelo alternativo que assegure o seu funcionamento de forma estável, contínua e sustentável, indo ao encontro das necessidades das famílias. -----

-----Importa ainda louvar a obra dos Casteletes, atualmente na sua fase final, a qual representa um contributo relevante para mitigar os constrangimentos existentes no acesso à habitação na ilha, respondendo a uma necessidade crescente da população. -----

-----3. Economia, Educação e Cultura -----

-----•A intervenção urgente na EBI do Topo, cuja situação exige uma resposta célere e efetiva, face às condições atualmente verificadas; -----



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 3/2026

- A resolução definitiva dos problemas de condensação e infiltração no pavilhão da EBS da Calheta; -----
- A avaliação e clarificação das condições térmicas da EBS das Velas, designadamente no que respeita ao funcionamento do sistema AVAC, atendendo ao seu impacto direto no conforto e no desempenho da comunidade escolar, sobretudo em períodos de maior calor; -----
- Relativamente à EBS das Velas, solicita-se ainda a intervenção da Senhora Secretária da tutela no sentido de promover, junto do arquiteto responsável pelo projeto, a cedência dos respetivos direitos de autor, permitindo assim ao gabinete técnico da Câmara Municipal de Velas desenvolver o projeto necessário à criação de um novo espaço para a escola de música. -----
- Na Cultura e Património, destaca-se a necessidade de: -----
- Conservação da Igreja de Santa Bárbara; -----
- Reforço da candidatura do Queijo São Jorge a Património Cultural Imaterial da UNESCO, considerando o seu valor identitário, histórico e económico para a ilha, devendo o Governo Regional assumir este processo como prioritário e estratégico. -----
- 4. Agricultura, Mar e Ambiente -----
- Na Agricultura, o Governo Regional deve: -----
- Assegurar a manutenção dos caminhos agrícolas, reconhecendo-se a existência de meios humanos afetos, mas sublinhando-se a necessidade de garantir as condições operacionais necessárias à sua execução, com especial destaque para a disponibilidade e acesso ao sabro, elemento essencial para a eficácia das intervenções; -----
- Aumentar a capacidade de armazenamento de água, enquanto fator estruturante de apoio à lavoura e à resiliência do setor agrícola; -----
- Reforçar a realização de campanhas de desratização em toda a ilha, de forma contínua e sistemática; -----
- Implementar medidas de controlo populacional de espécies que têm impacto negativo nas sementeiras e na atividade agrícola, nomeadamente coelhos, pombo-torcaz, melros e rola-turca, entre outros. -----
- No domínio do Mar e Ambiente, importa: -----
- Questionar o ponto de situação e o que falta concretizar relativamente à criação do abrigo da máquina, na fajã da Caldeira de Santo Cristo, intervenção há muito referida e assumida como compromisso; -----
- Esclarecer para quando está prevista a remoção da máquina antiga; -----
- Solicitar esclarecimentos sobre o estudo do grupo de trabalho relativo à gestão adaptativa da ameijoas da Fajã da Caldeira de Santo Cristo; -----
- Clarificar as razões subjacentes à suspensão da apanha da ameijoas, designadamente se a mesma decorre de desequilíbrios ambientais na lagoa ou de outros fatores técnicos, reforçando a necessidade de uma comunicação clara e fundamentada sobre esta matéria; -----
- Reforçar a necessidade de regulamentação urgente desta atividade, garantindo sustentabilidade ambiental e económica. -----



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 3/2026

-----No que respeita à orla costeira, para além das ações de sensibilização já existentes para a recolha de lixo, importa implementar medidas internas adicionais e mais eficazes, capazes de reduzir de forma estrutural o acumular de resíduos ao longo da costa. -----

No âmbito das infraestruturas estratégicas, no Centro de Processamento de Resíduos, importa: ----

-----•Felicitar o investimento realizado, reconhecendo a sua importância estrutural e ambiental para a ilha; -----

-----•Questionar para quando está previsto o envio efetivo do refugio; -----

-----•E se já se encontra definida uma estratégia operacional para garantir esse fluxo de forma regular e sustentável. -----

-----Conclusão e Coesão Territorial -----

-----O Conselho de Ilha de São Jorge manifesta preocupação com a persistente regressão demográfica e com a saída continuada de jovens, fatores que continuam a fragilizar a sustentabilidade económica, social e territorial da ilha. -----

-----Não obstante, regista-se, em contrapartida, a chegada crescente de cidadãos provenientes de outros países, muitos dos quais se fixam na ilha com as suas famílias para integrar o mercado de trabalho, realidade que importa valorizar e acompanhar através de políticas de integração e fixação que reforcem a coesão social e contribuam para a revitalização demográfica. -----

-----Reitera-se que as acessibilidades, enquanto eixo estruturante, continuam a condicionar transversalmente todos os setores aqui identificados, sendo indispensável uma resposta integrada, estável e eficaz por parte do Governo Regional. -----

-----O Conselho entende que os instrumentos atualmente existentes para as chamadas “ilhas de coesão” não têm produzido os efeitos desejados, tornando-se urgente a adoção de medidas concretas de discriminação positiva, simplificação administrativa e reforço do investimento público, ajustadas à realidade específica de São Jorge. -----

-----Este memorando não constitui apenas um levantamento de necessidades, mas sim um compromisso claro com um caminho de desenvolvimento sustentável para a ilha, exigindo-se, por isso, calendarização, execução e monitorização efetiva das medidas aqui preconizadas. -----

-----O Conselho de Ilha de São Jorge espera que o próximo Plano e Orçamento Regional reflitam, de forma inequívoca, estas prioridades, traduzindo-se em ações concretas que reforcem a coesão territorial e a qualidade de vida dos jorgenses. -----

-----Memorando aprovado em minuta e por unanimidade para imediata executoriedade. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da lei. -----

A Presidente

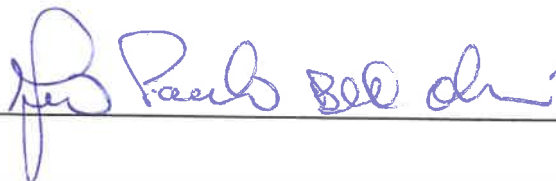


28

CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 3/2026

O Secretário



A Secretária em substituição

